

## TENDÊNCIAS

# Ipea prevê mais um ano difícil

Sem pacto, produção e emprego terão de recuar muito até inflação cair, dizem economistas

ROLF KUNTZ

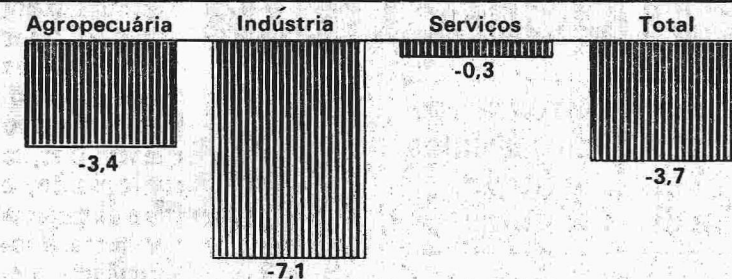
Recessão mais funda no primeiro trimestre é apenas uma das previsões ruins — e não a pior — da nova **Carta de Conjuntura** do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O prognóstico mais sombrio pode ser resumido numa palavra feia, não empregada no texto: estagflação. É a mistura de produção em baixa, desemprego em alta e preços ainda em rápida elevação. Sem algum pacto, dizem os técnicos, só uma recessão maior quebrará a resistência dos grupos mais organizados tanto do empresariado quanto dos trabalhadores. E são esses, precisamente, os grupos representados na discussão sobre o entendimento nacional, segundo o artigo principal da **Carta**.

As possibilidades de um pacto cresceriam se mais segmentos da sociedade participassem da discussão, dizem os autores do artigo. Também seria útil, acrescentam, um debate maior em torno de um projeto de médio prazo para a economia brasileira. Se esse debate mostrasse como se daria a recuperação das perdas dos grupos mais prejudicados, o pacto, acrescentam, seria mais facilmente aceito. Mesmo com acordo, porém, o governo não poderá dispensar um forte controle da moeda e um ajuste mais amplo de suas contas. Se, de tudo certo, perspectivas melhores ainda ficam para o ano seguinte.

Os números calculados para este ano já estão entre os piores dos últimos dez. O Grupo de Acompanhamento Conjuntural (GAC) estima

## O recuo da economia

Evolução do PIB\* em comparação com 1989 (%)



\* a variação é calculada sobre os níveis médios de produção dos dois anos

Fonte: Carta de Conjuntura/Ipea

## A queda da indústria

Produção industrial: variação acumulada em 12 meses (%)

Sectores e categorias de uso	Observada até outubro	Prevista para dezembro
<b>Indústria geral</b>	- 5,7	- 7,4
<b>Extrativa mineral</b>	3,8	2,0
<b>Indústria de transformação</b>	- 6,2	- 7,8
● Bens de capital	-10,0	-12,9
● Bens intermediários	- 5,7	- 5,8
● Bens de consumo	- 3,6	- 6,3
Duráveis	- 6,0	- 6,5
Não duráveis	- 3,1	- 6,3

Fonte: Carta de Conjuntura/Ipea

um produto interno bruto (PIB) 3,7% menor que o de 1989. A queda é puxada pela indústria, com recuo de 7,1% em relação ao desempenho médio do ano passado. Até dezembro, a produção industrial deve ter acumulado, em 12 meses, queda de 7,4%.

Na indústria de bens de capital, a queda estimada é de 10%. Na de bens duráveis de consumo, de 6%. No primeiro caso, o resultado reflete o baixo nível de investimento produtivo. Mas o número deve indicar também — este ponto não é comentado na **Carta** — a crescente procura de máquinas, equipamen-

tos, peças e componentes importados. De janeiro a outubro, essas importações foram 23,5% maiores que as de um ano antes e consumiram US\$ 4,5 bilhões. No mesmo período as importações globais, US\$ 16,4 bilhões, cresceram 10%.

No caso dos bens duráveis de consumo, a redução da procura deve refletir o aperto orçamentário das famílias, apesar da reação das vendas apontada em outubro pela Federação do Comércio de São Paulo. Mas também nas vendas de não-duráveis houve queda nos últimos meses — uma consequência da redução real dos salários.

A aparente perda de impulso da inflação é registrada, sem grande entusiasmo, pelos técnicos do GAC. Eles se baseiam no índice ponta-a-ponta da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (Fipe). Mas não é possível, segundo eles, prever quedas mais significativas a médio prazo, se não houver alguma solução de consenso ou, na falta disso, uma recessão mais dolorosa.

No artigo principal da **Carta de Conjuntura**, dedicado ao pacto, as conclusões são pessimistas. A maior parte do texto é uma tentativa de explicar por que não se conseguiu, até agora, um acordo sobre o combate à inflação. Segundo o artigo, participantes ainda não se convenceram de que o combate à inflação seja o melhor caminho. Como não há segurança quanto às vantagens de um pacto, o mais racional, do ponto-de-vista de cada um, é recusar a cooperação. Assim, os participantes da discussão preferem “bloquear soluções que impliquem perdas para os segmentos que cada um representa” e formar coalizões que “concentrem as perdas num terceiro participante — habitualmente o governo”. Esse impasse pode ser vencido somente se a solução cooperativa passar a ser vista como a melhor tanto para o conjunto quanto para cada participante. Mas isso depende de o governo ter poder para impor grandes perdas a cada um. No caso do pacto mexicano, comentam os autores da **Carta**, as pessoas acreditavam nesse “poder de ameaça”, porque o governo havia avançado no ajuste das suas contas e o câmbio, arrumado nos anos anteriores, podia ser manejada segundo sua conveniência. No caso brasileiro, há dúvidas quanto ao poder do governo de sustentar o aperto longamente.